

EDITORIAL

Inúmeros projetos pedagógicos destacam que a Educação *não pode ser concebida como mera aquisição de habilidades intelectuais* ou profissionais, indiferente à formação dos valores, comportamentos e emoções. *O século XX – em particular o Escolanovismo* – deu impulso à proposta de *Educação Integral*, um modelo educativo que não dissocia desenvolvimento cognitivo do afetivo, conforme o entendimento de Sérgio Paixão, autor do primeiro artigo deste número especial da *Educação em Revista*. Atualmente a inclusão tornou-se uma das mais importantes bandeiras dos (as) educadores (as) e, atentas a estas questões, reunimos neste fascículo doze artigos perpassados pela temática EDUCAÇÃO INTEGRAL E INCLUSÃO.

No artigo *Problematizações sobre metodologias e currículo na promoção da Educação Integral*, Sergio Vale da PAIXÃO recorre a documentos oficiais e à literatura referente ao tema para esclarecer o conceito de Educação Integral remetendo-nos a orientações educativas que valorizam, não apenas, a capacidade intelectual, mas também a saúde, criatividade, respeito ao meio ambiente e aos Direitos Humanos – dentre outros. Neste sentido a carga horária ampliada de permanência dos alunos nas instituições educacionais viabiliza esforços no sentido de conciliar habilidades cognitivas e afetivas nas crianças, afrontar a cultura autoritária e excludente das escolas. De maneira convergente, a BNCC, as metodologias ativas de aprendizagem e a pedagogia dos projetos, também facilitam a oferta de uma Educação voltada para os afetos, libertadora e emancipatória, capaz de ressignificar o currículo.

Em *Educação profissional e formação para a cidadania – entre legislações e possibilidades pedagógicas*, Laís Barbosa PATROCINO sustenta que o Ensino profissional, nos moldes como é apresentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio de 2012 dialoga com os princípios da Educação Integral cujo objetivo é a formação de cidadãs (os) trabalhadoras (es), capazes de construir sua própria história. Deste modo, rompe-se uma tradição conservadora que, no passado, associava o Ensino profissionalizante exclusivamente ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho.

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22esp2.p5>

Com relação à inclusão social, busca-se atualmente as suas mais variadas formas e, neste sentido, os autores Rodolpho Rocha da SILVA, Levy Freitas de LEMOS e Marcieli de Almeida FÁCIO defendem a difusão do aprendizado de libras na sociedade, lembram seu potencial de romper o isolamento da comunidade de surdos e de desenvolver habilidades que facilitam a interação do ouvinte com o meio externo, pois, libras é uma língua videoespacial. O artigo de referidos autores intitula-se *Ensino de libras para ouvintes: análise bibliográfica dos processos linguísticos envolvidos*, e, contribui para a avaliação das metodologias e dos processos de Ensino de libras mais utilizados, sendo pautado no levantamento bibliográfico, pesquisas qualitativas, entrevistas com docentes experientes no Ensino para ouvintes. Conclui que ainda há muito a ser estudado e pesquisado para a implementação de um Ensino mais eficaz; apesar disso, haveria consenso em torno de algumas práticas assertivas: iniciar o bilinguismo entre cinco e sete anos; usar muitas atividades interativas e pouco a língua materna; diversificar as metodologias, trabalhar com imagens e com os recursos tecnológicos; adequar-se à realidade dos alunos e inserir a turma no cotidiano dos surdos.

Em *A formação para EJA no curso de pedagogia da UNESP de Marília e a contribuição do PIBID*, as autoras Laís Freitas Van Opstal NASCIMENTO e Cláudia Pereira de Pádua SABIA apresentam uma defesa enfática da inclusão da disciplina Educação de Jovens e Adultos na grade curricular dos cursos de graduação em Pedagogia enquanto disciplina obrigatória, por considerar a especificidade desta modalidade de Ensino que atende uma clientela socialmente desprestigiada e apresenta elevados índices de evasão. Segundo as autoras, tais dados, do ponto de vista das políticas públicas, podem explicar (e não justificar) a precariedade das condições de Ensino: ausência de cozinheiras/os no período noturno, falta e despreparo dos profissionais de Ensino.

Em *Educação Escolar e Antropologia: a Educação indígena e o combate ao sexismo, à homofobia e ao racismo direcionado à cultura afro-brasileira* Marcel de Almeida FREITAS defende o estreitamento do diálogo da antropologia com o campo educacional e identifica dois marcos históricos importantes na história do currículo: o início do século XX quando os conteúdos da “Educação Clássica” atemporais, transculturais, descontextualizados e des-historicizados – originários de uma cultura escolástica abstrata – tornaram-se alvo de severas críticas e, mais recentemente, quando a escola abre-se ao pluralismo cultural e discute-se a conveniência de currículos contextuais e diferenciados com vistas ao atendimento de grupos minoritários com identidade relativamente fixas. Face a esta demanda, o autor destaca as contribuições da antropologia com vistas ao combate a todo tipo de preconceitos e à qualidade do trabalho Educativo.

O artigo *Subjetividade e fracasso escolar: um estudo de caso a partir de uma abordagem da psicanálise* de Marcello Vieira LASNEAUX, apresenta uma interpretação psicanalítica do desempenho escolar segundo a qual o sucesso nos estudos decorreria

de um equilíbrio entre três elementos: aluno, escola e família. Sustenta também a dificuldade da Pedagogia tradicional de reconhecer que o fracasso decorre prioritariamente da relação mãe/filho, pois, enquanto a primeira deseja a submissão e a dependência com vistas à perpetuação do seu papel, a criança e adolescente precisam frustrá-la; deste modo, buscam romper a tutela com vistas à ascensão à condição de sujeitos. As reflexões decorrem da análise da literatura referente ao tema, do estudo de caso e concluem que a solução do conflito demandaria um trabalho de psicoterapia.

Gerlane da Silva FERREIRA e Vinícius ZUNIGA discutem o elevado índice de evasão (50% em 2019) de uma escola de modalidade EJA localizada à margem de rio na vila Maiauatá, parte rural do município de Igarapé-Miri (PA) no artigo *Educação de jovens e adultos – as dificuldades socioeconômicas para a permanência na escola*. Os estudantes abordados se reconhecem como ribeirinhos, frequentam a terceira etapa da EJA (que corresponde ao 5º. E 6º. ano do segundo ciclo do Ensino Fundamental), e pontuaram problemas que dificultam a continuidade dos estudos: instalações físicas inadequadas da escola; não gratuidade do transporte realizado por barco; ausências do barqueiro; necessidade de conciliar trabalho, estudo e família; conteúdos de Ensino, etc. Segundo os autores o Estado não está cumprindo sua função de proteger os grupos minoritários (no caso, a comunidade ribeirinha) e fatores externos à sala de aula pesam, de igual modo ou mais, para a continuidade dos estudos por parte dos (as) discentes da Educação de Jovens e Adultos.

Em *Gestão escolar e cienciometria: estudo sobre o volume de publicações científicas na base SciELO Brasil* José Nunes da SILVA FILHO e Camila DAMACENO apresentam um retrato preciso e animador sobre o crescimento quantitativo e forte da pesquisa sobre o tema gestão escolar a partir de 2003 e mais intensamente ainda após 2008, face ao investimento do Governo Federal na construção de novos campus da rede Federal de Educação Superior; ou seja, os autores colocam em evidência os resultados concretos de políticas públicas inclusivas e sensíveis às necessidades das minorias de direitos e desfavorecidos. Os dados foram levantados a partir da biblioteca on-line SciELO Brasil no mês de julho de 2021 e evidenciam que o crescimento ainda se mostra tímido face às necessidades da Educação brasileira e dos elevados índices de produtividade de pesquisa em outros países – tais como China e Canadá - no mesmo período.

Helton Messini da COSTA supõe em *Educação, ciência e verdade em tempos de “miséria do saber”* uma contribuição, ainda que não intencional, do pensamento pós-moderno ao avanço dos movimentos políticos de direita no mundo, pois, inserido nos debates a partir da década de 1960, teria apresentado críticas à categoria marxista de totalidade e contribuído para a disseminação do uso indiscriminado da ideia de representação simbólica a partir da qual fragmenta-se a noção de verdade. Neste sentido, o pensamento pós-moderno, seria um desarticular das potencialidades políticas da esquerda, um impeditivo ético à reunião da *vontade coletiva* lançando-nos em um *relativismo absoluto*. No campo da Educação, a ascensão da proposta

neopragmatista da *pedagogia das competências*; o avanço de discursos antiglobalistas, xenófobos, negacionistas e revisionistas; os trabalhos amplamente difundidos de Perrenoud e Delors; o incremento de programas de austeridade do FMI; projetos emancipatórios *guetizados*; a desregulamentação da legislação trabalhista; plataformas políticas de extrema direita, neofascistas e ultraliberais seriam expressão deste contexto. Sustenta ainda a atualidade do materialismo histórico e da categoria verdade face a um pensamento desqualificado e considerado místico, mistificador e individualizante; neste sentido, a crise ecológica vigente expressaria uma crise do capital que poderia ser a última, a crise final do capitalismo mas para tanto, lembra o autor citando E. Hobsbawm, *as covas precisam ser abertas por ação humana*.

O artigo denominado *Uso da fotografia como recurso didático para a Educação Ambiental* Francisca Elinalva Oliveira da SILVA e Camila Campêlo de SOUSA apresentam os resultados de uma pesquisa cujas fontes primárias são questionários apresentados para docentes e estudantes da Escola Municipal Carlos Henrique Santos Pires, localizada no município de Codó (MA). O objetivo era verificar o potencial da fotografia para desencadear um trabalho significativo de Educação Ambiental e de sensibilização dos alunos acerca do impacto socioambiental de hábitos e ações nocivas. Verificou-se que a discussão das questões ambientais realiza-se sistematicamente em sala de aula; constatou-se que os estudantes têm significativa percepção dos problemas ambientais, identificam e discutem os impactos observados. Deste modo, o artigo afirma o lugar de destaque à fotografia como recurso pedagógico da Educação Ambiental legalmente instituídas: além de sensibilizar, a imagem ensina a olhar de maneira crítica a realidade que cerca os alunos e alunas.

Márcia Gorett Ribeiro GROSSI, Débora Cristina Cordeiro Campos LEAL e Mônica Ferreira da SILVA apresentam no artigo *Educação midiática, cultura digital e as fake news em tempos de pandemia* sugestões de atividades pedagógicas que os professores e professoras podem desenvolver nas escolas a fim de promover a Educação midiática, valorizar as competências necessárias para combater a desinformação e criar nas pessoas aquilo que as autoras chamam de um *ceticismo saudável*. Segundo as autoras, a pandemia apressou o estreitamento de laços da informática com a Educação – processo que já vinha se delineando lentamente – e a escola deve empenhar-se na formação do *cidadão conectado*, encontrar formas de relacionar as mídias com os conteúdos curriculares sob o risco daqueles se converterem em um passatempo trivial. Afirmam também que as notícias falsas sempre existiram – embora o jornalismo profissional tenha responsabilidade legal pelas notícias produzidas, com indicação de data e fontes – a novidade está na velocidade com que as informações são difundidas causando difamação, guerra de opiniões, polarização de ideias... lançando-nos na *pós-verdade*: circunstância em que os fatos objetivos influenciam menos a formação das opiniões que os apelos por emoções ou crenças pessoais. Apesar destes problemas, defendem a *cidadania digital* que requer *Alfabetização Midiática e Informacional* e não dispensa a criticidade: a escola precisaria desenvolver habilidades a partir das quais se possa identificar uma *fake news*.

Em *A formação dos formadores para a docência nas licenciaturas dos institutos federais* a autora Rosenilde Nogueira PANIAGO sustenta a importância dos “saberes pedagógicos” para os docentes atuantes nas Licenciaturas dos Institutos Federais de Educação (IFs). Originados, em sua maioria, dos antigos CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica), os IFs – com *status* de universidade – oferecem Educação Profissional e Tecnológica em vários níveis que vão desde cursos de formação profissional integrada e concomitante ao ensino médio até a pós graduação *latu e strictu senso*; inclui também modalidade EJA, cursos de formação inicial e tecnológica, atividades de ensino e extensão, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado e engenharias. Considerando que muitos dos professores e professoras ingressam nos IFs – jovens doutores e doutoras - sem nenhuma formação pedagógica ou experiência anterior com o Ensino, a autora destaca a importância da formação continuada em serviço voltada para o campo Educacional.

Desejamos a todos (as) uma excelente leitura!

*Emery Marques Gusmão
Ana Clara Botoleto Nery
Graziela Zambão Abdian
Ana Laura Bonini Rodrigues*

